Algumas reflexões sobre os Encontros dos Comitês de Bacias Catarinenses.

Julio Bernardo da Silva Filho¹ & Fabiano Salles Bunn²

RESUMO - Após a sua instituição em 2001, o Fórum Catarinense de Comitês de Bacia, denominado Fórum CBH-SC, vem participando das discussões relacionadas à gestão dos recursos hídricos, que envolve a atualização da legislação estadual e a articulação dos comitês de bacias já instituídos no estado. Para discutir os assuntos de suma importância para os comitês foram realizados quatro Encontros de Comitês de Gerenciamento das bacias hidrográficas do estado de Santa Catarina. Até 2002 estavam constituídos 11 comitês no Estado, atualmente são 15. Muitos comitês encontram-se em precária situação devido a não participação das instituições constituintes; a constante troca de Secretários de Estado e da falta de diretrizes e orientações para algumas questões organizacionais, como o entendimento do papel dos comitês no processo e a utilização dos instrumentos de gestão. Além destes aspectos, o repasse de recursos ao longo dos anos não aconteceu com regularidade. Desde o ano passado, a Diretoria de Recursos Hídricos (SDS/SC) vem se estruturando e garantindo o repasse dos recursos para os comitês, com indicações de um melhor suporte técnico. Entretanto, a não adequação da Legislação da Política Estadual à Política Federal de Recursos Hídricos tem sido o principal entrave para a operacionalização do gerenciamento no Estado.

ABSTRACT - After its establishment in 2001, the Committees of the Santa Catarina river basin, called Forum CBH-SC, has been participating in discussions related to water management, which involves updating the state law and the articulation of already established committees of basins in the state. To discuss issues of importance to the committees were held four meetings of committees of management of river basins of the state of Santa Catarina. By 2002 they constituted 11 committees in the state, at the present, there are 15 committees in precarious situation due to non participation of the constituent institutions and the constant changes of the Secretaries of the State and the lack of guidelines and for some organizational issues, such as understanding the role of committees in the process and use of management instruments. Besides these aspects, the transfer of resources over the years did not happen with regularity. Since last year, the Department of Water Resources (SDS / SC) has been designing and ensuring the transfer of resources to the committees, with indications of a better technical support. However, the inadequacy of the legislation of the State to Federal Policy of Water Resources has been the main obstacle to the operationalization of management.

PALAVRAS-CHAVE: Comitês de Bacia, Legislação Ambiental, Recursos Hídricos.

1) Presidente do Comitê Canoas, gestão 2008-2010 - (www.comitecanaos.com.br); UnC – campus Curitibanos; juliofilho.silva@bol.com.br
Av. Leoberto Leal, 1904 – Curitibanos – SC – CEP 89.520-000;

2) Ex-Secretário do Comitê Canoas, gestão 2004-2006 – Bunn Advocacia; Lages-SC; advocaciaadv@yahoo.com.br
Rua Dr. Caetano Júnior, 338 – Sala 02, Centro – Lages/SC – CEP 88.502-300.

1. INTRODUÇÃO

A vida no Planeta Terra não seria possível sem a existência da água, se observarmos a nossa volta, perceberemos que se torna impossível desenvolver toda e qualquer atividade sem a utilização deste recurso natural imprescindível.

É importante salientar que a redução da disponibilidade de recursos hídricos, com qualidade, é uma realidade inegável e deixou de ser assunto voltado exclusivamente aos técnicos e especialistas na área ambiental, sendo vista atualmente, como uma questão global relacionada à sobrevivência de todas as espécies que habitam esse Planeta.

Nos últimos 200 anos o Homem alterou significativamente o seu *Habitat*, causando uma certa intranqüilidade naqueles que tem conhecimento do que pode ocorrer quando se fala em rompimento da inter-relação globalizante dos bens ambientais. Esta inter-relação pode ser entendida, basicamente, como o sistema responsável pela manutenção da vida na Terra!

Levando-se em conta que no ano de 1800 havia aproximadamente 1,6 bilhão de humanos e atualmente há cerca de 6,5 bilhões, sendo que este número aumenta em 85 milhões por ano, o possível resultado referente à projeção desta tendência reflete nitidamente que a inquietude agrava-se ainda mais.

Esse aumento populacional, somado à supressão dos bens ambientais, já está exercendo uma pressão sem precedentes sobre todo o “sistema” e principalmente sobre os recursos hídricos. O crescimento descontrolado e desordenado das cidades, a ausência de florestas, a compactação do solo no meio rural, dentre inúmeros outros fatores, tornaram a água um recurso natural limitado.

As águas superficiais estão sendo exauridas e poluídas irremediavelmente. Se não bastasse, o Homem avança nas águas subterrâneas, poluindo-as das mais diversas formas; retirando um volume, cuja recarga não é compatível, porque a paisagem cinzenta (concreto) e demais formas de compactação do solo, estão impedindo! Ou seja, além da poluição das águas subterrâneas, gradativamente, menos água está nascendo, e como se sabe, quando se torna superficial é extremamente sugada e degradada irracionalmente. Registre-se ainda, que a ausência de florestas já diminui drasticamente a disponibilidade hídrica por precipitação (não há evaporação por ausência de retenção)!

São incontáveis os rios que não mais alcançam os oceanos, em decorrência do uso indiscriminado da água no meio rural e na indústria, dentre outros. A ocupação do solo no meio urbano e rural, que despreza a função sócio-ambiental da propriedade, também é uma forma de degradação dos recursos hídricos. Inúmeros são os relatos, no mundo inteiro, que comprovam a

insustentabilidade da ação antrópica em relação à água. As águas superficiais, na maioria dos países, não estão sendo suficientes para suprir a demanda, resultando assim, a necessidade de se desfalcar as águas subterrâneas. Esses aumentos exponenciais do uso da água levaram o Instituto de Recursos Hídricos Mundiais a emitir a seguinte advertência: “ *A sede do mundo por água provavelmente se tornará uma das questões mais urgente do século XXI... Em alguns casos, as retiradas de água são tão altas, em relação ao suprimento, que as provisões de água da superfície estão literalmente encolhendo e as reservas de água subterrânea estão sendo esvaziadas mais rapidamente do que podem ser reabastecidas por meio da precipitação*”. “*Em termos econômicos, em vez de vivermos da renda da água doce, estamos diminuindo irreversivelmente o capital da água doce. No futuro próximo, estaremos falidos de água doce*” (BARLOW e CLARCK, 2003, p. 18).

Para os brasileiros fica difícil imaginar que um recurso tão abundante possa ser considerado limitado, mas diante das transformações já ocorridas na natureza, isso pode ser facilmente entendido. E se hoje o mundo já se depara com uma assustadora degradação ambiental que alterou todo o “sistema”, fica no imaginário de cada um o que está por vir!

O Estado de Santa Catarina, por sua vez, possui uma excelente rede hidrográfica. É cedo falarmos em supressão das águas subterrâneas para suprir a falta de água superficial; o que não significa dizer que este ente federado não esteja sendo afetado pela redução da sua disponibilidade. Na realidade as pessoas que aqui vivem, estão sentindo a diminuição da qualidade de nossas águas; ficando restrito aos especialistas da área ambiental o conhecimento sobre a redução gradativa de sua disponibilidade, ao longo dos anos.

A legislação do estado de Santa Catarina que inclui os comitês no sistema de gerenciamento de recursos hídricos data de 1994 (SDM/SC, 2001). O primeiro comitê estadual a ser oficializado, o CBH Cubatão que abastece de água a capital do estado, foi criado em setembro de 1993 por iniciativa do estado. Este comitê pouco conseguiu avançar por uma série de razões, entre elas a inexistência de recursos financeiros e materiais. Em 1997 foi criado o CBH Itajaí e pouco tempo depois o CBH Camboriú. A partir de 2001, portanto seis anos após a promulgação da Lei 9.748/94, (BRASIL, 1994) verifica-se que os comitês de bacias catarinenses vêm sendo impulsionados e sustentados por ações da sociedade civil e pouquíssimos avanços foram observados nas ações do governo estadual em prol do efetivo gerenciamento dos recursos hídricos no Estado, até o ano passado.

Destarte, a importância de se discutir a inegável redução da disponibilidade hídrica, com qualidade, prescinde o anacrônico e fastidioso entendimento daqueles que tentam persuadir que a água nunca vai acabar.

2. COMITÊS DE BACIAS CATARINENSES

No I Encontro Catarinense dos Comitês de Bacias, estiveram presentes representantes dos pró-comitês das bacias do Rio do Peixe, Rio Canoas, Rio Canoinhas, Rio Mampituba e Rio Itapocu, e dos Comitês do Itajaí, do Camboriú, do Araranguá, do Cubatão do Sul, da Lagoa da Conceição, além de convidados e de um grupo do rio Jacutinga. Nesta oportunidade foram listadas e analisadas as maiores dificuldades de trabalho e as ações mais urgentes a serem efetuadas a nível estadual. Percebeu-se que era urgente: Trocar experiências entre os grupos de trabalho de bacias hidrográficas de SC para discutir dificuldades comuns e adotar estratégias conjuntas; Reivindicar a adequação da legislação estadual à legislação federal de recursos hídricos; Solicitar o apoio financeiro do Estado para os comitês de bacias hidrográficas; Reivindicar a participação dos comitês no Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Auxiliar na formação de comitês, através da socialização das experiências; Efetuar reuniões descentralizadas para discutir as competências dos comitês e para fomentar a capacitação de pessoal técnico para a gestão de recursos hídricos. Por fim, com uma unanimidade reconhecida, foi incentivada a articulação de algumas ações que levassem à Criação do Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas, com reconhecimento político por parte da sociedade e do estado e do governo federal.

No II encontro realizado em Treze Tílias (SC), nos dias 19 e 20 de julho de 2004, onde estiveram presentes 31 representantes dos comitês de gerenciamento de Santa Catarina, que teve como objetivo: Promover uma melhor articulação entre os comitês de bacias hidrográficas de Santa Catarina; Deliberar sobre questões comuns aos comitês referentes ao seu funcionamento efetivo e a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos; Elaborar uma agenda para o Fórum Catarinense de Comitês. Após dois dias de discussão a comissão organizadora concluiu com os seguintes encaminhamentos: Conhecer o teor do projeto de lei 0292.5/2004 (BRASIL, 2004); Solicitar análise do projeto de lei; Encontro ou trocas/relatos de experiências documentadas; Instituir coordenação colegiada para o Fórum; Destinação aos comitês de parcela de recursos da compensação ambiental dos EIAs-RIMAs junto a FATMA; Reversão de parcela de recursos da aplicação da lei de crimes ambientais para ação dos comitês; Destinação aos comitês de parcela de recursos das medidas compensatórias (Termos de ajuste de conduta junto a FATMA).

Da reunião do Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado nos dias 19 e 20 de julho de 2004 em Treze Tílias/SC, resultou em uma Agenda de trabalhos, cujo objetivo principal cinge-se em desvanecer os entraves existentes que impossibilitam a implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos, no estado de Santa Catarina. Para execução dos trabalhos contemplados na Agenda, foram atribuídas, aos membros presentes, algumas *propostas de ação*;

XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos

sendo uma delas, a análise do Projeto de Lei 0292.5/2004, e sua tramitação na Assembléia Legislativa, o qual dispõe sobre a adequação da Política Estadual de Recursos Hídricos à Lei Federal 9.433/97 e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Assim, foi criado um grupo composto por Fabiano Salles Bunn, Héctor Muñoz, Noemia Bohn e Cezar Paulo de Luca para executar esta ação. Cada membro ficou encarregado de fazer uma análise que irá embasar um documento final, o qual seria enviado aos Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, objetivando sensibilizá-los sobre o fato da redução da disponibilidade hídrica com qualidade e necessidade premente de aprovação da Lei.

A DRHI/SDS organizou o III Encontro de Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica do Estado de Santa Catarina, que aconteceu nos dias 26 e 27 de junho de 2008 no Grande Hotel em Lages – SC. O Encontro contou com a participação de 38 pessoas, representantes da DRHI e de 13 Comitês do Estado: Comitê Araranguá, Camboriú, Canoas, Canoinhas, Cubatão Norte, Cubatão Sul, Itajaí, Jacutinga, Rio do Peixe, Timbó, Tijucas, Tubarão, Urussanga e Pró-Comitê Chapecó. Estiveram também representantes da Caixa Econômica Federal de Blumenau, da EPAGRI, da UDESC e da CASAN, convidados como membros de diversos Comitês. Foram abordados os seguintes temas Processo participativo para priorização de temas para capacitação dos comitês; Para que fosse possível entender as necessidades dos Comitês em termos de capacitação, foi necessário conhecer a situação atual de cada um. Reestruturação/reativação do Fórum Catarinense de Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas - A proposta da SDS em inserir a reestruturação do Fórum na pauta do Encontro foi com o objetivo de que os Comitês discutissem o que precisam exatamente de apoio da SDS e, portanto proponham uma agenda de trabalho.

No IV encontro dos Comitês Catarinenses de Bacia Hidrográfica, realizada em 9 e 10 de outubro de 2008, nos dias 9 e 10 de outubro de 2008 em Timbó, representantes de comitês de bacia hidrográfica formalmente instituídos onde foram discutidos os seguintes assuntos: 1) Reativação do Fórum Catarinense de Comitês de Bacia Hidrográfica; 2) Representação no Conselho Estadual de Saneamento; 3) Revisão do Regimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; 4) Proposta de extensão do Projeto Microbacias 2; 5) Projeto de lei liberando PCHs da avaliação ambiental integrada de bacias; 6) Capacitação de membros de comitês; 7) Moção 44 do CNRH; 8) X Encontro de Bacias Hidrográficas; 9) Projeto de lei do Código Ambiental de Santa Catarina; 10) Ação do MP em relação às PCHs. A reativação do Fórum Catarinense de Comitês foi discutida com base no documento intitulado princípios e normas de funcionamento do Fórum Catarinense de Comitês de Bacia Hidrográfica, subscrito em 2001 pelos comitês então instituídos e por diversos grupos pró-comitê. Foi decidido reativar o Fórum, e para efetivá-lo, cada CBH vai eleger seus representantes para a formação do Colegiado Coordenador até dezembro próximo. A

Revisão do Regimento do CERH, gerou muita discussão e polemica, sendo aprovada a Moção 01/2008, dirigida ao CERH para revisão.

3. ESTUDOS LEGAIS

3.1 - A água como bem público

Há setores da sociedade que temem que a “Lei das águas – 9.433/97” está pavimentando o caminho para a privatização das águas no Brasil. Isso porque em diversos países, as grandes corporações estão assumindo o controle de empresas públicas relacionadas à prestação de serviços de abastecimento de água potável. Neste sentido, é importante salientar que a prestação de serviços de abastecimento de água potável não deve ser confundida com objetivos da Lei 9.433/97 (BRASIL, 1997).

No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), deixaram de existir águas particulares. Nos art. 20 e 26, da Carta Magna, é reconhecida a água como bem da União e dos Estados, respectivamente. Tanto a Lei Federal 9.433/97, no seu art. 1º. inc. I, quanto no Projeto de Lei 0292.5/2004, no seu art. 1º. I letra “b”, reconhece a água como um bem de domínio público. Nas palavras do insigne ambientalista Paulo Machado.

“A dominialidade pública da água, afirmada na Lei 9.433/97, não transforma o Poder Público federal e estadual em proprietário da água, mas torna-o gestor desse bem, no interesse de todos. Como acentua o administrativista italiano Massimo Severo Giannini, “o ente público não é proprietário, senão no sentido puramente formal (tem o poder de autotutela do bem) na substância é um simples gestor do bem de uso coletivo. (MACHADO, 2002, p. 411).

Ser gestor não significa que o Poder Público é o detentor. Portanto a água não é um bem dominical do Poder Público. Assim, há uma inegável consonância do Projeto de Lei 0292.5/2004, de iniciativa do Governo do Estado de Santa Catarina, em seu art. 21 com o art. 18 da Lei 9.433/97, determinando que a “outorga não implica na alienação total ou parcial das águas, posto que são inalienáveis, concedendo simplesmente o direito de seu uso”.

A Lei 9.433/97 e o Projeto de Lei 0292.5/2004, determinam o direito de cobrar pelo uso das águas mas não instauram o “direito de venda das águas” (MACHADO, 2002, p. 411). Portanto, qualquer entendimento ao contrário cede à uma análise extensiva e racional dos diplomas relacionados aos recursos hídricos.

Se a legislação nacional e estadual são claras neste sentido, a disseminação da idéia de se privatizar a água, visando atravancar a implementação da Política Nacional/Estadual de Recursos

Hídricos, não está relacionada diretamente com a idéia da apropriação deste bem; mas sim com a vontade de que esta Política Nacional não pode ser aplicada.

Isso serve de alerta a todos! Há interesses de se deturpar a real finalidade das legislações pertinentes a água, e esses interesses devem ser entendidos como uma afronta ao interesse da sociedade brasileira, pois não traduzem o efetivo “espírito da lei”.

3.2 - A cumplicidade dos poderes públicos com a ética ambiental

A Constituição Federal e a Estadual determinam que é dever do Poder Público e da sociedade defender e preservar o meio ambiente para a presente e futuras gerações.

O Governo do Estado está fazendo a sua parte em conjunto com o Governo Federal; visto que enviou à Casa Legislativa um importante Projeto de Lei, que visa defender e preservar as águas catarinenses. Tal fato reforça a teoria de que é possível os Poderes Federais e Estaduais trabalharem em parceria, independente de siglas partidárias ou ideologias políticas, buscando soluções reais que virão beneficiar toda a sociedade. Exemplificando, podemos citar a realidade do Governo Estadual de Santa Catarina, anteriormente oposição ao Governo Federal que editou a Lei 9.433/97, e que atualmente – embasados na legislação federal - trabalha no sentido de implantar a Política Estadual de Recursos Hídricos.

A Lei 9.433/97, por si só, já demonstra o trabalho do Poder Legislativo Federal e sua cumplicidade com a ética ambiental. Cabe agora aos Deputados Estaduais de Santa Catarina exercerem a prerrogativa como representantes da sociedade, visto tratar-se de uma adequação legislativa à norma federal, necessária para se aplicar a Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos em Santa Catarina.

A sociedade catarinense precisa de uma resposta condizente com a necessidade de defender a água e isso só irá ocorrer quando efetivamente o Poder Legislativo aprovar este importante diploma legal. Pois, com a instituição dos princípios *polluter-pays* (poluidor-pagador) e usuário-pagador, previstos na Lei 9.433/97 e no PL, entende-se que ao poluidor devem ser imputados os custos necessários ao combate à poluição, custos estes determinados pelo Poder Público para manter o meio ambiente em estado aceitável, promovendo a sua melhoria; determinando ainda que os recursos hídricos devem estar sujeitos à aplicação de instrumentos econômicos para que o seu uso e aproveitamento se processem em benefício da coletividade, definindo-se assim, um valor econômico a este bem natural.

A coletividade merece uma compensação financeira pela utilização e poluição dos recursos hídricos por parte daqueles que a usam, nos termos da Lei, sendo esta considerada como um *preço público*, pelo uso de um bem público (ANDRADE FILHO *et.al.*, 2007).

.

3.3 - Adequação da legislação do estado sobre recursos hídricos - PL 0292.5/2004 – SC.

As leis do Estado de Santa Catarina que tratam sobre recursos hídricos datam de 1985, com a Lei nº 6.739, de 16 de dezembro de 1985, que criou o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, seguida pela Lei nº 9.022, de 6 de maio de 1993 e a Lei nº 9.748, de 30 de novembro de 1994; anteriores portanto à Lei nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (BRASIL, 1985, 1993, 1994, 1997).

Mesmo reconhecendo que o Estado de Santa Catarina já contava com um avançado arcabouço jurídico e legal, que permitiria a implementação dos modernos conceitos de gestão integrada de recursos hídricos, com a criação, posterior, da Lei Federal nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, foram observadas lacunas e a necessidade de revisão de seu conteúdo, para que se pudesse avançar, a exemplo de outros estados brasileiros, na implementação da política catarinense de recursos hídricos.

A Política Nacional de Recursos Hídricos representou um novo marco institucional no País, incorporando princípios, normas e padrões de gestão da água universalmente aceitos e praticados em muitos países. A gestão descentralizada e democrática das águas, envolvendo múltiplos usos e diferentes formas de compartilhamento, já vem operando uma verdadeira revolução na gestão hídrica (MMA/SRH, 2001).

A legislação catarinense sobre a matéria em pauta, constituída pelas já citadas Leis nº 9.022/93 e nº 9.748/94, é, de modo geral, convergente aos objetivos colimados pela Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº 9.433/97, não obstante ser anterior a esta, guardando grande aderência aos principais aspectos estruturantes da legislação federal. Destaca-se que a mesma já contempla a institucionalização dos Comitês de Bacia como entidades através das quais se operacionaliza a gestão descentralizada e participativa na tomada de decisões nos assuntos referentes a recursos hídricos.

Apesar de não serem identificados aspectos divergentes com a Política Nacional, outros aspectos são considerados ausentes e, portanto, merecedores de consideração especial e explícita, através de processo legislativo saneador, no caso o PL 0292.5/2004.

Entre as principais lacunas observadas na legislação catarinense, constam:

- a) A legislação catarinense vigente não contempla a existência de Agências de água - chamadas também de Agências de Bacia - previstas na legislação federal como braço executivo dos Comitês de Bacia. Com efeito, a legislação catarinense ao instituir a existência de Comitês de Bacia criou as condições institucionais para o exercício de uma gestão descentralizada e participativa. Entretanto, a função dos comitês é a de atuar como parlamento das águas no nível da bacia correspondente e, sem a instituição de um órgão técnico e executivo que lhe auxilie e complemente, o objetivo da criação de comitês de bacia fica comprometido.
- b) A ausência da criação de um órgão gestor específico para os recursos hídricos do Estado. Foi proposto, portanto, no PL em questão, a criação de um órgão gestor específico dos recursos hídricos do Estado, caracterizando atribuições distintas daquelas compreendidas na gestão ambiental, de competência da FATMA. Cabe destacar que em nível federal esta função é exercida pela Agência Nacional de Águas – ANA, constituída como órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União. Assim, a União, através do Ministério do Meio Ambiente, conta com um órgão gestor ambiental, no caso o IBAMA; e com um órgão gestor específico para aplicação da política de recursos hídricos, no caso a ANA. Isto permite atender de modo ágil, as especificidades próprias – e diferentes – da gestão de recursos hídricos em relação à gestão ambiental e a correspondente especialização de profissionais. Modelo similar foi instituído também em vários dos estados da União, dentre estes, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e outros, que criaram autarquias próprias para atender as questões que envolvem os recursos hídricos.
- c) Além destas lacunas, outro aspecto relevante resolvido no referido PL, foi a necessidade de se efetuar uma correção na Lei nº 9.748/94, ao tratar da cobrança pelo uso da água, por esta estar incluída no capítulo referente a infrações e penalidades. Da mesma forma, no PL, foi feita uma correção, essencial, no sentido de incluir, explicitamente, os comitês de bacia, previstos na Lei nº 9.748/94, como entidades integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos definido na Lei nº 9.022/93.
- d) No que tange ao Sistema Estadual de Gerenciamento, o Projeto de Lei propõe uma alteração na composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, visando a torná-lo mais representativo, quer do Poder Público, quer da sociedade civil, representados paritariamente,

conforme determina a Constituição do Estado de Santa Catarina, bem como a distribuição do número de representantes entre os vários segmentos e setores representados.

- e) Quanto aos instrumentos da política, a lei nacional institui como tais os planos de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos de água segundo os seus usos preponderantes, o sistema de informações de recursos hídricos, a outorga de direitos de uso e a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Também neste sentido o PL apresenta adequações necessárias a atual legislação catarinense. Com efeito, a legislação estadual vigente contempla como instrumentos de gestão somente a outorga de direitos de uso e a cobrança pelo uso de recursos hídricos, embora, por outra parte, estabeleça, também, a necessidade de formulação de planos de recursos hídricos, em nível estadual e de bacias. O PL contempla, explicitamente, como instrumentos da política de recursos hídricos, os planos, o enquadramento, o sistema de informações, a outorga e a cobrança.

Ressaltamos ainda, pela importância de que se revestem, os aspectos e conceitos sobre os itens listados na seqüência, conforme previstos no espírito da “Lei das águas” e, em sua consonância, no Projeto de Lei 0292.5/2004 em questão.

3.4 - Cobrança pelo uso dos recursos hídricos

A Lei Federal nº 9.433/97, que cria a Política Nacional de Recursos Hídricos coloca entre seus fundamentos o reconhecimento que "a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico". Ao contrário do que muitos pensam ou imaginam, este valor econômico não surgiu ou foi instituído, por esta norma legal. Nem se trata de um intento, sub-reptício, de privatizar ou cobrar pela água. MOTTA (2006) apresenta um profundo estudo sobre o valor econômico da água. O simples fato de a água ser um recurso, ou seja, ter valor de uso, somado ao fato de ser limitada, ou escassa, faz com que tenha valor econômico, independentemente disto ser ou não reconhecido pelos homens ou pela lei.

Duas razões podem ser apresentadas para explicar isto: a mais simples é que a economia é uma ciência social que estuda a alocação, ou distribuição entre os potenciais usuários, de recursos escassos - portanto, todo recurso escasso é de interesse da Ciência Econômica e, por isto, pode ser considerado um recurso econômico. Em segundo lugar, a escassez de um recurso significa que nem todas as demandas de uso ou proteção desse recurso poderão ser supridas. Isto irá fazer com

que existam conseqüências econômicas, seja por que os usuários supridos podem usar esta vantagem econômica, seja por que aqueles que não o sejam sofrerão impactos, ou deverão adotar medidas alternativas para suprir suas demandas, que terão conseqüências econômicas. Em resumo: a escassez de um recurso faz com que ele afete as relações econômicas que existem em uma sociedade. Por isto, e não por outra razão, pode-se dizer que um recurso escasso tem valor econômico (SILVA e PRUSKI, 2000).

A Lei Estadual nº 9.748/94 também estabelece entre os seus Princípios Fundamentais (Art. 1) que “a água deve ser reconhecida como um bem público de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, com a finalidade de gerar recursos para financiar a realização das intervenções necessárias à utilização e à proteção dos recursos hídricos.” O PL nº 0292.5/2004 mantém o instrumento da cobrança mas, no seu Art. 25, dá a esta cobrança um caráter de taxa condominial em relação à bacia correspondente.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos tem por objetivo:

- a) reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- b) incentivar a racionalização do uso da água;
- c) obter recursos financeiros para implementação e financiamento dos programas e intervenções contemplados nos Planos de Recursos Hídricos.
- d) induzir a melhor localização dos usuários nas bacias hidrográficas;
- e) estimular o investimento em despoluição, reuso, proteção e conservação, bem como a utilização de tecnologias limpas e poupadoras dos recursos hídricos, de acordo com o enquadramento dos corpos de águas em classes de usos preponderantes;
- f) redistribuir e reduzir custos sócio-ambientais de forma eqüitativa entre os usuários de recursos hídricos;
- g) estimular e permitir modalidades de retribuição ou incentivos aos usuários, como forma de induzir a conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos com ênfase para as áreas inundáveis e de recarga dos aquíferos subterrâneos, mananciais e matas ciliares.

Deve-se ressaltar que os valores a serem cobrados em uma bacia hidrográfica, deverão ser propostos ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, pelo próprio Comitê de Bacia, onde 40% dos seus representantes são de usuários de água. O que for arrecadado pela cobrança deverá ser revertido em benefício da própria bacia em obras e projetos que melhorem as condições de suas águas, ganhando assim, os usuários daquela bacia, o meio ambiente e o próprio Estado.

3.5 - Outorga de direito de uso de recursos hídricos do domínio do Estado de Santa Catarina

É o instrumento pelo qual o poder público concede ao usuário a permissão para utilização da água. Por se tratar de bem público – a água – cujo domínio é exercido pela União, Estados e Distrito Federal, a competência para outorga é atribuição do poder público. Visa garantir o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

3.6 - Criação e funcionamento de Agências de Água

Uma agência de água ou agência de bacia é um órgão que exercerá a função de secretaria executiva do respectivo comitê de bacia hidrográfica (PL, Art. 78). Com estrutura administrativa e financeira própria, é a entidade de apoio técnico e de suporte operacional do comitê, executando as ações por ele deliberadas.

As agências de água previstas na lei nacional 9.433/97 e no PL 0292.5/2004 não devem ser confundidas como equivalentes da Agência Nacional de Águas-ANA. Com efeito, a ANA é, basicamente, o órgão gestor da União em relação aos recursos hídricos do seu domínio. A ela cabe, por exemplo, exercer a outorga destes recursos, assim como a implementação e manutenção do sistema de informações de recursos hídricos. Neste sentido, a ANA seria equivalente ao órgão gestor estadual. Já a Agência de Água é um simples agente executor das decisões de um comitê de bacia. Por isso, para evitar confusões, a tendência atual é a de chamá-las Agências de Bacia em vez de Agências de Água.

As agências de bacias dependem da autorização do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e sua natureza pode ser qualquer das formas permitidas pelo direito administrativo, civil ou comercial, atendidas as necessidades e características peculiares regionais, locais ou setoriais. Definida a natureza jurídica, a criação da agência estará condicionada à prévia existência do Comitê e à comprovação de sua viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação (PL, Art. 77). Cabe a elas a celebração de convênios e o gerenciamento dos recursos financeiros, dentre outras atribuições. Sua atuação estará pautada em planos diretores, aprovados pelos Comitês, que assegurem a quantidade e a qualidade da água para usos atuais e futuros.

Ainda, uma agência de bacia somente irá atuar em conjunto com o Comitê, já que este não tem personalidade jurídica própria. Uma agência de bacia, não irá substituir nenhuma atividade

pública no que diz respeito a tratamento ou cobrança pela água tratada, função esta da CASAN, dos Serviços Municipais Autônomos ou de qualquer outra concessionária dos sistemas de saneamento.

É importante salientar, ainda, que o Projeto de Lei que ora tramita na Assembléia Legislativa do Estado, não trata de matéria nova e sim de readequação de legislações já existentes de acordo com uma lei maior, ou seja, Nacional. E, mais, que as propostas de reformulação, que constam deste PL, foram disponibilizadas ao público, através da Internet, para conhecimento, coleta de comentários e sugestões. Além disso, o Governo do Estado ampliou a discussão das propostas através da realização de duas audiências públicas em Florianópolis e mais quatro regionais em Itajaí, Tubarão, Chapecó e Fraiburgo. Este processo participativo resultou em um grande aporte de emendas por vários segmentos da sociedade, o que demandou a realização de uma nova compatibilização e discussão em nova audiência pública realizada em Florianópolis, na qual se consolidou a proposta final que foi discutida e aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e posteriormente enviada ao Executivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Comitês de Bacias de Santa Catarina entendem ser conveniente registrar sua preocupação no sentido de que sejam garantidas ao Órgão Gestor - que virá a ser definido na lei - condições mínimas de operação, manutenção técnica, administrativa e funcional, e que possa oferecer o suporte necessário para atender a grande demanda de trabalho, após a aprovação do PL, em decorrência, dentre outros motivos, dos inúmeros pedidos de outorga de direitos de uso de recursos hídricos. E em geral, em decorrência da implementação dos instrumentos que competem ao Estado (Sistema de Informações, Outorga e Cobrança pelo uso da água) e apoio aos Comitês de Bacia.

Espera-se agora, uma sensibilização do Poder Legislativo Catarinense no sentido de perceber que a água não pode esperar muito tempo para ter um instituto legal adequado que a proteja. A questão supera, em muito, todo o arcabouço jurídico institucional criado pelo Homem; pois a humanidade está se deparando com uma nova forma de sociedade (*Montesquieu*), a Sociedade de Risco (*Risck Society*) onde os efeitos da degradação ambiental (modernização) não podem ser mensurados e sequer serem previsto efetivamente.

Vale destacar que a Lei Estadual dos Recursos Hídricos não prevê a outorga, a cobrança, a garantia dos recursos do FEHIDRO para a gestão dos recursos hídricos e a criação das Agências de Águas e que aguarda andamento na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no

sentido da adequação com a Lei Federal dos Recursos Hídricos. O estudo técnico foi efetuado com a colaboração do jurista Gilberto Canali e entregue ao poder legislativo estadual em 2004.

Muitas discussões e polêmicas foram geradas em virtude do Novo Código Ambiental Catarinense, que dispensou a necessidade de uma avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental das obras de pequeno impacto relacionadas principalmente as PCHs, e as alterações das medidas relacionadas às áreas de preservação permanente das matas ciliares.

Uma das metas traçadas pela Diretoria de Recursos Hídricos (DRHI) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), é o fortalecimento dos Comitês de Bacia de Santa Catarina. A SDS/SC apresentou para os comitês as diretrizes que pretendem agilizar o gerenciamento no estado, a saber: a) Construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos; b) Capacitação dos Integrantes dos Comitês de Bacias em Recursos Hídricos; c) Cadastramento dos Usuários de Águas; d) Garantia do repasse dos recursos aos comitês; e) Participação dos comitês de Bacia no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e no Conselho Estadual de Saneamento.

5. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE FILHO, K.P.; RONCHI, C.C. e SILVA FILHO, J.B. (2007) *Economia e Meio Ambiente: quem vai pagar a conta?* São Luis, MA: UNICEUMA. 282 p.

BARLOW, M. e CLARKE, T. (2003); *Ouro Azul*. Rio de Janeiro: Makron-Books do Brasil. 331 p.

BRASIL. Constituição, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Savaira (Legislação Brasileira).

BRASIL. *Lei nº 9.433*, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. São Paulo: Savaira (Legislação Brasileira).

BRASIL. SANTA CATARINA. *Lei nº 6.739*, de 16 de dezembro de 1985, que criou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. <http://www.alesc.sc.gov.br>

BRASIL. SANTA CATARINA. *Lei nº 9.022*, de 6 de maio de 1993, Dispõe sobre a instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. <http://www.alesc.sc.gov.br>

BRASIL. SANTA CATARINA. *Lei nº 9.748*, de 30 de novembro de 1994, Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. <http://www.alesc.sc.gov.br>

BRASIL. SANTA CATARINA. *Projeto de Lei nº 0292.5/2004*. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. <http://www.alesc.sc.gov.br/./proclegis/index.php>

- MACHADO, P.A. (2002). *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo, SP: Malheiros Ed.
- MMA/SRH. (2001). *Política Nacional de Recursos Hídricos*. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília. DF. 56 p.
- MOTTA, R.S. (2006). *Economia Ambiental*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV. 228 p.
- SDM/SC. (2001). *Coletânea Legislação sobre Recursos Hídricos*. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. SC. 168 p.
- SILVA, D.D. e PRUSKI, F.F. (ed) (2000). *Gestão de Recursos Hídricos: aspectos legais, econômicos e sociais*. Brasília, DF: Secretaria de Recursos Hídricos. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa. Porto Alegre, RS: ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos. 659 p.

6. ANEXOS

6.1 - Ofício encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado

Lages/SC 23 de agosto de 2004.

Ao

Excelentíssimo Deputado Estadual Pedro Baldissera

DD Relator do Projeto de Lei 0292.5/2004.

A/C Gabinete do Deputado

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS/SC

Prezado Deputado Estadual,

Em nome de todos os Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina, estamos encaminhando à Vossa Excelência, cópia do texto final aprovado pelos membros da Comissão de Estudo do PL0292.5/2004, objetivando reforçar a sua aprovação célere nesta Casa Legislativa

Esta Comissão de Estudo foi criada no Fórum Estadual de Bacias Hidrográficas, em Treze Tílias/SC, sendo constituída pelos seguintes membros: Noemia Bohn – Comitê do Itajaí; Fabiano Salles Bunn – Comitê Canoas; Hector Muñoz – SDS e Cezar Paulo de Luca – Comitê Araranguá.

Salientamos a importância de termos este pleito elevado ao merecido patamar de importância, visto que a água é um bem público e é interesse de todos a sua proteção e preservação.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos a inteira disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,

Fabiano Salles Bunn
Secretário Executivo do Comitê Canoas
Relator do documento final.